

REQUERIMENTO Número / (.^a)
 PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 21 de novembro, foi avançado pelos órgãos de comunicação social que a Segurança Social havia sido vítima de um ciberataque o qual terá, segundo avançava uma notícia da RTP, comprometido "(...) as contas de centenas de funcionários, de forma a obter privilégios no acesso a dados da estrutura (...). Em teoria, este acesso poderia comprometer todo o trabalho da Segurança Social. Todos os funcionários receberam já um email e estão a alterar as respetivas passwords de acesso. (...)”

Avançava também a referida notícia que: “A Polícia Judiciária está a investigar o ciberataque desde a passada sexta-feira. Até ao momento, o trabalho dos investigadores não permite concluir que tenham sido comprometidas contas de utentes. (...)De acordo com a mesma fonte, não está identificado o dia do ciberataque, mas confirma-se uma "intrusão intencional e maliciosa na sua rede informática", acrescentando que "está em curso a investigação forense deste incidente". Até agora, ainda "não se apurou qualquer facto que permita concluir ter havido acesso indevido a dados de cidadãos ou de empresas", acrescenta a mesma comunicação. "O Instituto de Informática, I.P desencadeou de imediato as medidas e procedimentos adequados para este tipo de incidentes, e está a desenvolver todos os esforços, em estreita colaboração com o Centro Nacional de Cibersegurança, Polícia Judiciária e especialistas em cibersegurança, para garantir a segurança do sistema e dos respetivos dados".

Esta é uma situação que assume especial gravidade pelo facto de os dados dos contribuintes poderem ficar à mercê de quem, eventualmente, acede indevidamente a eles. Aliás, todo o acervo informativo da Segurança Social para além de ter de estar devidamente protegido e a segurança dos dados deve ser garantida pelo Instituto de Informática, I. P.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP solicita ao Governo que por intermédio da Secretaria de Estado da Digitalização e da Modernização do Estado, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que medidas pretende o Governo tomar para reforçar a capacidade do Estado na prevenção

- de ataques desta natureza e para proteger os sistemas de informação?
2. Que meios estão a ser alocados no reforço dessa capacitação, para evitar futuros ataques informáticos?

Palácio de São Bento, 24 de novembro de 2022

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

ALFREDO MAIA(PCP)